

UnB abre arquivo que tem 27 anos

Documentos são prova da repressão aos estudantes

Márcia Carmo

BRASÍLIA — No auge do regime militar, o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho aproveitou a legislação para impor restrições aos jornais estudantis. O então ministro da Educação, no início dos anos 70, escreveu ao reitor da Universidade de Brasília (UnB), Amadeu Cury, lembrando a existência das leis que regulamentavam as publicações.

“Em razão de matérias publicadas no âmbito escolar, consideradas subversivas pelas autoridades universitárias, recomendo seja firme e necessariamente observada a Lei 5250, de 9/2/67”, registra na carta, recomendando a Lei de Imprensa e o que continha de censura. Mas adiante, ele alertava os orientadores para a “real vivência da missão de educar, na obediência às leis que regem o país em defesa da segurança nacional”.

O documento, a que o JORNAL DO BRASIL teve acesso, está em uma das 100

pastas arquivadas há 27 anos na Assessoria Jurídica da UnB. Na sexta-feira passada, o reitor Antonio Ibañez Ruiz autorizou a abertura do arquivo, mas somente em três meses os interessados estarão autorizados a pesquisar a papelada.

“Aqui não se irá encontrar processos, mas correspondências, troca de informações, principalmente sobre alunos”, adianta a professora de História Geralda Dias Aparecida.

Vascilhando um pouco mais, é possível encontrar nomes como o da economista Maria da Conceição Tavares, que daria uma palestra para os universitários, e do professor Darcy Ribeiro, atual secretário especial do governo do Rio. Ele é apontado como o responsável pela manutenção da UnB, “organização de ensino socialista”, numa das páginas já amareladas do IPM (Inquérito Policial Militar), aberto pelo Exército, em abril de 1968, para apurar as manifestações estudantis em protesto contra a morte de Edson Luiz, no restaurante Calabouço, Rio.

Rede — Os documentos confirmam uma rede bem montada pelo extinto SNI (Serviço Nacional de Informa-

ções), que começava na Assessoria de Informações da UnB (AIU), passava pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Educação até chegar à cúpula dos *arapongas*. “Os órgãos de segurança davam muita importância à UnB”, atesta a professora Geralda. “Talvez por estar encravada no centro do poder, a UnB sempre foi alvo da repressão militar”, confirma o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), que defendeu estudantes expulsos da instituição na década de 70.

Os *arapongas* confessam suas ações no item quatro dessa papelada. “Esta Divisão informava sobre os encontros estudantis setoriais, regionais ou nacionais, que visavam (como ainda visam) ao intercâmbio de informações sobre o Movimento Estudantil, ao fortalecimento do mesmo e à constituição de entidades estudantis por área de estudos, das UUEEEE e da UNE (União Nacional dos Estudantes)”. Numa linguagem policialesca, os investigadores definem os protestos dos estudantes como “movimento ondulatório”, ora mais ora menos destacado, ora manifestando-se cá, ora acolá”.

Pistas sobre desaparecidos

O anúncio da instalação dessa semana de uma comissão que vai orientar a pesquisa nos arquivos da UnB pode permitir o acesso a outros documentos que estão, por exemplo, no Exército ou no Ministério da Educação. Os parlamentares, ex-alunos e professores acreditam que em meio a essa poeira poderão ser encontradas pistas para a localização dos estudantes Honestino Guimarães, Paulo de Tarso Celestino Filho e Ieda Delgado, desaparecidos durante o regime militar.

Na sexta-feira, parlamentares, ex-alunos expulsos, um professor demitido e o irmão do líder estudantil Honestino, Norton Guimarães, se emocionaram com a iniciativa do reitor, Antonio Ibañez Ruiz, e da professora de História Geralda Dias Aparecida, a quem foram dar solidariedade. “Depois de muito tempo na clandestinidade, Honestino foi preso em 1973 e há 19 anos não temos notícias de seu paradeiro”, lamenta Norton, que também foi torturado e perseguido. “Aqui, assisti a atos de brutalidade inimagináveis”, declarou o professor Oswaldino Marques,

com olhos marejados. Ele foi um dos 200 professores que em 1965 pediram demissão em apoio aos 15 professores demitidos, na chamada primeira grande crise da UnB. “Em 1968 houve nova repressão e ela se repetiu por mais duas vezes na década de 70 com a expulsão e prisão de centenas de alunos”, recorda o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). “Por isso, é melhor que esses arquivos se abram agora do que nunca mais”, avalia.

Em meio às pastas do arquivo da UnB está um documento assinado pelo estudante Paulo Tarso pedindo informações sobre o colega Honestino, nome que aparece inúmeras vezes em outros papéis, já que era líder estudantil. “Vivemos uma fase muito dura”, recorda o sucessor de Honestino na Federação dos Estudantes da UnB, José Antonio Prates, hoje chefe de gabinete do presidente da Câmara Legislativa do DF. “Por um lado foi bom ter passado esse tempo todo. Os arquivos são como uma fruta ficaram ali amadurecendo”, filosofa.



Ibañez, Guimarães e Geralda: pesquisam